



Centro de Integridade Pública

Anticorrupção - Transparência - Integridade

FINANÇAS PÚBLICAS

Edição Nº25 2020 - Setembro - Distribuição gratuita

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO 2021

- UM CONTRIBUTO DO CIP PARA MELHORIAS NO DOCUMENTO

Por: Celeste Banze

Moçambique subiu apenas um ponto em termos de transparência orçamental entre os anos 2017 e 2019, passando de 41/100 a 42/100 mas continua abaixo de países da região Austral de África como África do Sul e Zimbabwe com 87 e 49 pontos respectivamente, segundo o Índice de Orçamento Aberto 2019. Esta pesquisa, que é realizada pelo *International Budget Partnership* (IBP) em parceria com o Centro de Integridade Pública (CIP), mostrou que um dos documentos mais importante para a discussão do envelope de recursos do país, a Proposta de Orçamento de Estado (POE), continua a apresentar informação limitada para o escrutínio público.

Entretanto, com a aprovação pelo Conselho de Ministros (CM) da resolução atinente ao Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2021 a 2023 vislumbra-se espaço para que haja melhorias no documento de fundamentação da POE 2021. E, pela divulgação atempada deste importante documento, o CIP felicita o Ministério de Economia e Finanças (MEF). Contudo, é importante que o mesmo esteja no domínio público antes da submissão da POE 2021 para que efectivamente tenha utilidade pública.

Neste sentido e por forma a ver melhorada a transparência no documento de fundamentação, e tabelas auxiliares da POE 2021, que deverá ser submetido à Assembleia da República até 30 de Setembro, o CIP propõe as seguintes medidas:

1. Uma vez que o CFMP 2021 a 2023 já foi produzido, já há bases sólidas para as projecções. De modo a garantir consistência entre os documentos, a POE 2021 deve reflectir as projecções do CFMP. Por exemplo, nas tabelas que apresentam as classificações da despesa funcional, económica e administrativa sugere-se que se apresentem as projecções para pelo menos os dois anos subsequentes cobertos pelo CFMP, O mesmo serve para Receitas. As projecções para os anos subsequentes são úteis para dar credibilidade às projecções do Governo.

2. O alinhamento da POE 2021 deve ser também com o Programa Quinquenal do Governo e o Plano Económico e Social com base em indicadores claros que facilitem a monitoria do alcance das metas e dos recursos a serem despendidos.

Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: celeste.banze@cipmoz.org

3. A POE 2021 deve ser o documento operacional do Programa Quinquenal do Governo (PQG), basear-se nas projecções do CFMP e reflectir a expressão quantitativa do Plano Económico e Social (PES).

4. No documento do CFMP devem-se incluir as projecções da taxa de juro dos empréstimos para o ano 2021. É igualmente útil que esta informação conste da POE 2021.

5. A POE deve começar a incorporar elementos para se comparar favoravelmente com apresentações internacionalmente aceites. O facto da apresentação das rubricas orçamentais não adoptar um sistema de contas reconhecido internacionalmente (o “Chart of Accounts”) dificulta em grande medida a interpretação das cifras dum ponto de vista económico. Assim, **o saldo primário deve ser um indicador chave ao analisar as políticas fiscais do Governo, que estão em falta em Moçambique**. Também, as operações relacionadas com as dívidas, tanto internas como externas, devem ser apresentadas de forma lógica para poder identificar claramente as amortizações e assim o défice fiscal.

6. A POE deve trazer um balanço detalhado da execução dos recursos recebidos e gastos no âmbito da COVID-19 no ano 2020.

7. A informação disponibilizada nos Relatórios anuais e trimestrais da Dívida é também importante a ser incorporada na POE 2021. Por exemplo, na secção de dívida pública pode constar o *stock* da dívida apresentando com detalhe o total da dívida contraída no ano de 2020.

8. A POE deve trazer a justificação técnica por detrás da definição dos limites de endividamento e emissão de garantias do Estado.

9. Ainda sobre a dívida pública, é importante que tanto para a dívida interna como para a externa se apresente a previsão da taxa de juro e maturidade dos empréstimos

10. A POE deve conter os detalhes (por exemplo: taxa de juro e credores) do endividamento da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos para a sua participação nos projectos de gás natural no geral e nos projectos da bacia do Rovuma em particular.

11. A POE deve tomar em consideração os recentes acontecimentos (insurgência em Cabo Delgado e a pandemia da COVID-19) na projecção de receitas a serem arrecadadas a nível do sector extractivo.

12. As projecções da inflação, taxa de juro e crescimento do PIB real são mais informativas quando acompanhadas de uma fundamentação. Nesse contexto, em vez de só reproduzir as projecções que estavam na Lei para o OE 2020, dever-se-iam usar as estimativas mais recentes. Por exemplo, o Governo no dia 26 de Agosto de 2020 reviu a taxa de crescimento real do PIB para 0,8%, em vez de 2,2%. Esta nova taxa deve ser a base para as projecções do POE 2021 com informação detalhada sobre os pressupostos por detrás desta projecção.

13. Seria ideal se na POE constasse o impacto orçamental de novas políticas ou medidas. O mesmo serve para a Receita. Por exemplo, por muito tempo enfatizaram-se as medidas de contenção mas

nunca se mostrou detalhadamente quanto foi poupado.

14. É importante que no documento de fundamentação da proposta do Orçamento conste informação sobre as acções do governo numa perspectiva de género.

15. O CIP defende que, para melhorar o quesito participação pública, é altura certa para promover um encontro virtual para colher os pareceres da Sociedade Civil sobre quais seriam as suas propostas em termos de alocações sectoriais para 2021. Por exemplo, definir um montante cujo destino seria estabelecido depois de implementados mecanismos abertos de participação pública.

16. A POE deve conter a justificação técnica que suporta a definição do valor a ser alocado às comunidades que hospedam projectos do sector extractivo, vulgarmente conhecido como 2,75%. Sendo que o CIP propõe a revisão para 5,75%.

17. A POE deve trazer informação detalhada das empresas públicas começando a focar mais nesse sector de um ponto de vista de disciplina financeira.

18. Para modernizar o sistema de planificação e orçamentação em Moçambique, deve-se introduzir com maior brevidade a planificação baseada em programas. Como isto está intrinsecamente ligado às reformas no e-SISTAFE, enquanto não acontece, o CIP considera crucial voltar a trazer informação dos sectores económicos e sociais. Em 2020 só constava informação sobre os sectores de saúde e educação, excluindo sectores importantes como por exemplo água e saneamento este que ainda carece de uma linha orçamental denominada saneamento.

19. Os órgãos de Governança Descentralizada têm que contribuir para que mais informação seja disponibilizada (tanto a nível das autarquias como províncias). A POE deve indicar quais são as principais linhas orçamentais no contexto da descentralização.

20. Para aumentar a credibilidade da POE, este documento deve servir de guião para a execução da despesa nos diferentes sectores. Por isto: (1) as realocações de despesas que o MEF faz depois da aprovação do OE pela AR devem ser gradualmente reduzidas, e (2) as fracas execuções de sectores sociais, mesmo tendo alocação de despesas, devem ser melhoradas, especialmente no contexto da COVID-19 que se prevê que vai perdurar até 2021.

21. Nos documentos a serem publicados (não só da POE / PES), as tabelas auxiliares poderiam ser disponibilizadas em Excel para facilitar as análises.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Celeste Banze

Revisão de pares: Leila Constantino, Inocência Mapisse,
Júlia Zitha e Aldemiro Bande

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f @CIP.Mozambique](#) [t @CIPMoz](#)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique